

Juventude, violência e novas respostas no Brasil: a experiência do Projeto Juventude e Polícia

65

SILVIA RAMOS

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama da violência no Brasil através de uma análise dos dados sobre mortes intencionais por causas externas (homicídios) focalizando especificamente suas concentrações por idade, cor e território. Na segunda parte, analisarei o surgimento de experiências de jovens voltadas para responder à violência e, em particular, descreverei o Projeto Juventude e Polícia, desenvolvido pelo Grupo Cultural Afro Reggae em parceria com outros atores. O grupo é uma organização de jovens oriundos de favelas do Rio de Janeiro e sua trajetória se inscreve no contexto de respostas de grupos de jovens, aqui denominados “novos mediadores”.

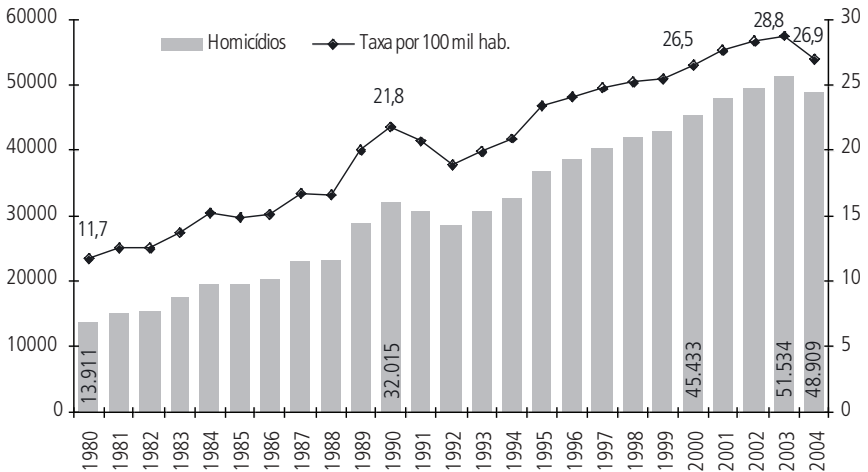
I. HOMICÍDIOS NO BRASIL

Em 2004, 48.909 mil brasileiros foram assassinados. O Brasil passou de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, para 26,9 pelos mesmos 100 mil, em 2004. Países da Europa Ocidental têm taxas inferiores a 3 mortes intencionais por 100 mil habitantes e os Estados Unidos encontram-se na faixa de 5 a 6 mortes intencionais por 100 mil habitantes.

A distribuição das mortes violentas, no Brasil, contudo, apresenta características bem definidas, que precisam ser compreendidas se pretendermos entender as características, a velocidade e a qualidade das políticas públicas

para enfrentar o problema da violência e as respostas que a sociedade civil vem produzindo ao longo desse período.

Gráfico I. *Homicídios no Brasil: números absolutos e taxas por 100 mil habitantes de 1980 a 2004.*

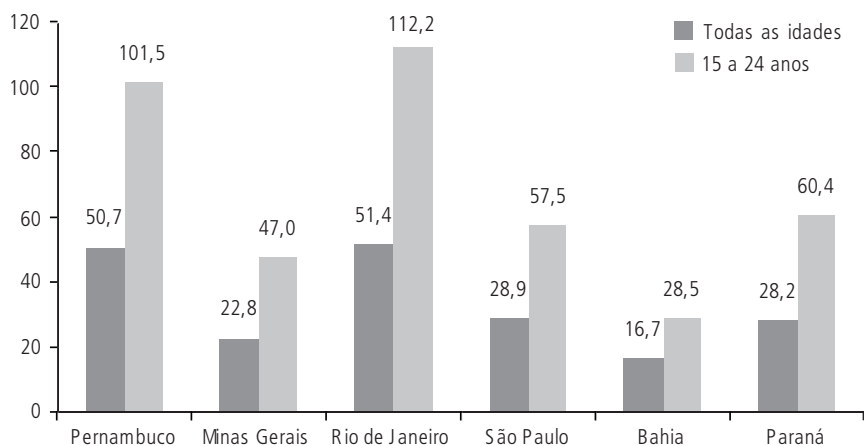


Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

1.2 A idade da morte: jovens são as maiores vítimas

Uma característica intensa e preocupante no panorama brasileiro é a concentração dos homicídios na população jovem. Na faixa etária dos 15 aos 24 anos, as taxas são extraordinariamente mais altas do que as verificadas para a população como um todo. A tendência, como se observa no Gráfico 2, é nacional, ocorrendo mesmo nos Estados com taxas de violência letal mais baixas. Entre os não-jovens, no Brasil, 9,6% do total de óbitos são atribuíveis às causas externas. Entre os jovens, as causas externas são responsáveis por 72,1% das mortes. Os homicídios respondem por 39,7% das mortes de jovens de 15 a 24 anos; os acidentes de transporte respondem por 17,1% e os suicídios por 3,6% (WISELISZ, 2006). Em alguns Estados, a taxa de homicídios de jovens ultrapassa os 100 por 100 mil jovens. Quando examinamos algumas áreas urbanas pobres, focalizando os jovens, encontramos taxas de mais de 200 homicídios dolosos por 100 mil habitantes.

Gráfico 2. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em diferentes Estados brasileiros: jovens e total – 2004.



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

1.3 A cor da morte: diferenças raciais e sociais

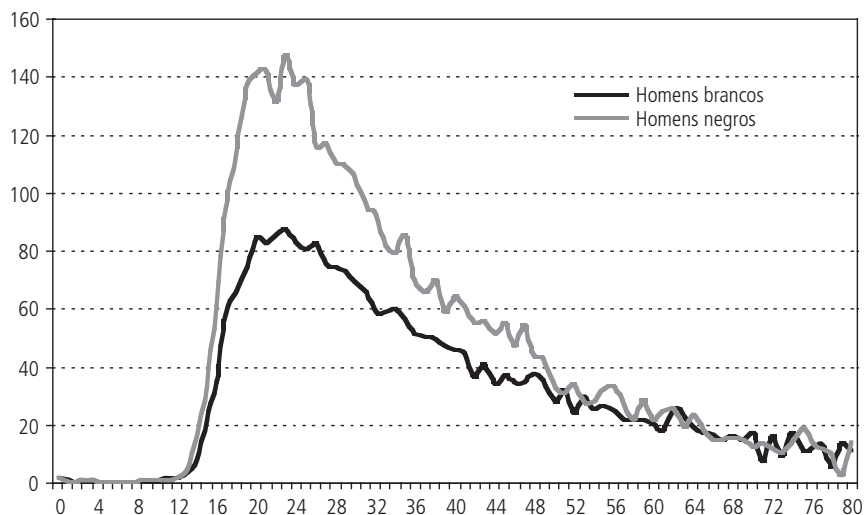
Paralelamente à idade, estudos recentes têm identificado a existência de uma dramática concentração de mortes violentas na população negra (somatório dos classificados como pretos e pardos), indicando que a distribuição desigual de riquezas e recursos sociais (educação, saúde, saneamento) entre brancos e negros, no Brasil, acaba por provocar outro tipo de desigualdade, aquela na distribuição da morte violenta. Assim, são os negros e, entre estes, os mais jovens, as vítimas preferenciais da violência letal.

As taxas de homicídios para negros são mais altas em todas as idades, embora muito mais acentuadas entre os 14 e 19 anos, faixa em que os números aumentam sistematicamente. Enquanto a diferença é de 2,8% aos 13 anos de idade, esta sobe para 10,3% aos 14 anos, e 17,2% aos 19 anos de idade. Em seguida, a diferença vai diminuindo, chegando a 6% depois dos 26 anos e a menos de 1% depois dos 48 anos de idade (SOARES e BORGES, 2004). Quando observamos apenas a população masculina, os contrastes são ainda mais acentuados (Gráfico 3).

As variáveis cor e idade, combinadas, também são um fator de risco para ser considerado suspeito pela polícia. Os jovens pobres, predominantemente negros, moradores de favelas e das periferias dos grandes centros são os suspeitos preferenciais da polícia. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de

Segurança e Cidadania, na cidade do Rio de Janeiro, em 2002, revelou que 57,9% das pessoas paradas pela polícia andando a pé na rua têm entre 15 e 29 anos. Por sua vez, considerando pessoas paradas em todas as abordagens policiais, os negros sofrem revista corporal em 55% das vezes em que são abordados, contra 32,6% das vezes em que os brancos são abordados (RAMOS e MUSUMECI, 2005). A distribuição das operações policiais é variável por bairro, predominando as abordagens a pé na rua, com revistas corporais, nas áreas pobres e as “blitz” de automóveis, quase sempre sem revistas corporais, nas áreas mais ricas.

Gráfico 3. Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) de homens segundo cor e idade no Brasil – 2000.



Fonte: Borges, Doriam. com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

1.4 Geografia da morte: as cidades fraturadas

Nas regiões metropolitanas do país, como se sabe, a criminalidade violenta cresceu predominantemente em favelas e bairros pobres das periferias urbanas. Nessas áreas, especialmente a partir dos anos 80, instalou-se o tráfico de drogas e os conflitos entre facções rivais que disputam o controle de um mercado altamente lucrativo. Também ao longo dos anos, cresceram a violência e a corrupção policiais, umbilicalmente ligadas ao tráfico de drogas. É

nesses territórios pobres e carentes de serviços públicos que se registram os mais altos índices de violência letal. Nas cidades brasileiras mais violentas é possível identificar uma *geografia da morte*, em que as maiores vítimas são jovens negros e pobres.

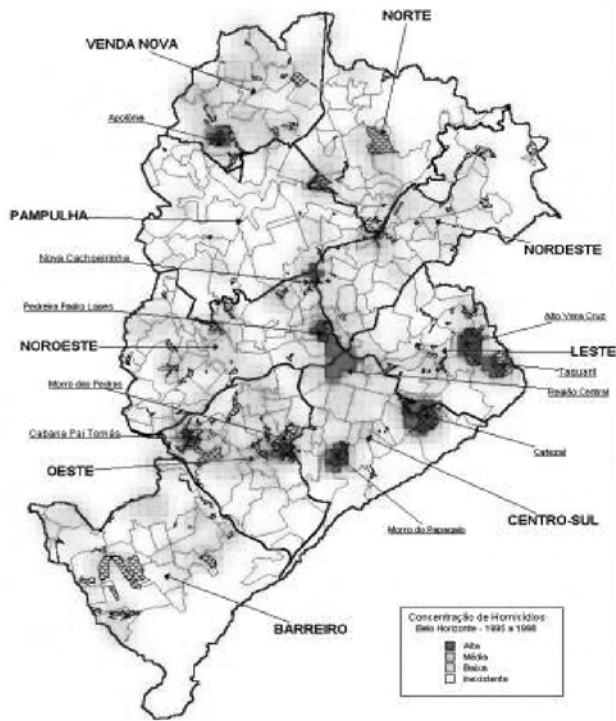
A Figura 1 ilustra a desigualdade na distribuição da violência letal entre os diversos bairros do município do Rio de Janeiro. O mapa traz a divisão do município em AISP (Áreas Integradas de Segurança Pública). Como se pode perceber, as AISP 2, 19 e 23, que englobam os bairros da Zona Sul da cidade (Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Barra), nas quais se concentram moradores com maior poder aquisitivo, são aquelas que apresentam as mais baixas taxas de homicídios. Ali são comuns taxas que variam entre 4,7 e 10 homicídios por 100 mil habitantes, próximas dos padrões norte-americanos. Já as AISP 27 e 9, situadas na Zona Oeste e no Subúrbio, que reúnem bairros pobres e regiões repletas de favelas, como Penha, Irajá, Rocha Miranda, Acari e Santa Cruz, chegam a registrar taxas de até 84 homicídios por 100 mil habitantes. Manchas territoriais de concentração de mortes violentas nos bairros pobres e nos aglomerados de favelas também se evidenciam em cidades nas quais estudos sistemáticos têm sido desenvolvidos, como os do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) sobre a violência letal em Belo Horizonte, como mostra a Figura 2.

Figura 1. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no município do Rio de Janeiro: Áreas Integradas de Segurança Pública – 2003.



Fonte: Musumeci (2002), com dados do *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro* e IPP (estimativas populacionais 2002).

Figura 2. Clusters de homicídio em Belo Horizonte – 1995 a 2000.



Fonte: Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – Crisp/UFGM.

Sem dúvida, a combinação explosiva entre armas e drogas foi determinante para a escalada das taxas de criminalidade violenta nos grandes centros urbanos. Boa parte das dinâmicas da violência que se estabelece e aprofunda nas duas últimas décadas se engendra nas redes de tráfico de drogas ilícitas. O crescimento acelerado de mortes violentas em favelas e bairros pobres pode ser explicado por uma combinação de fatores: a chegada da cocaína, em centros urbanos como Rio, São Paulo, Vitória, Belo Horizonte e nas grandes cidades do interior, nos anos 80, e sua extrema rentabilidade; o aumento de policiamento violento e repressivo; as lutas entre facções rivais pelo controle dos pontos de distribuição e venda de drogas; e a utilização de armas de uso militar. A ausência dos poderes públicos (principalmente de uma polícia eficiente e honesta) em tais áreas favoreceu o estabelecimento e a ampliação do controle territorial dessas áreas por grupos armados de traficantes. Nesses territórios o tráfico exerce forte poder de sedução sobre crianças e adolescen-

tes com escassas alternativas de emprego e renda e frágeis perspectivas de futuro. Muitos jovens vislumbram, no acesso imediato ao dinheiro e à vida *glamourosa* inspirada pelo poder que a presença ostensiva das armas oferece, uma saída atraente, ainda que freqüentemente letal. Essas práticas alimentam uma cultura – na qual predominam o despotismo, o machismo, a homofobia, a misoginia e as armas – que contamina boa parte da juventude desses locais, mesmo aqueles que não se vinculam diretamente aos grupos armados que detêm o controle territorial.

2. JOVENS DAS FAVELAS E DAS PERIFERIAS: NOVOS MEDIADORES

No contexto das respostas civis à violência pode-se vislumbrar um importante e processo de mobilização de jovens de favelas e bairros de periferia iniciado em meados dos anos 1990. São projetos ou programas locais baseados em ações culturais e artísticas, freqüentemente desenvolvidos e coordenados pelos próprios jovens. Exemplos dessas iniciativas são os grupos Olodum e Timbalada, em Salvador, o AfroReggae, o Nós do Morro, a Cia. Étnica de Dança e a Central Única de Favelas (CUFA) no Rio de Janeiro, além de centenas de agrupamentos mobilizados em torno da cultura hip-hop nas periferias de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Brasília e São Luís.

Esses grupos expressam, por meio de diferentes linguagens, como a música, o teatro, a dança e o cinema, idéias e perspectivas dos jovens das favelas. Ao mesmo tempo, buscam produzir imagens alternativas aos estereótipos da criminalidade associados a esse segmento da sociedade e “disputam” os jovens dessas áreas com o tráfico de drogas, exercendo uma sedução ligada ao *glamour* da arte, à visibilidade e ao sucesso.

Em geral, esses grupos e ações caracterizam-se por quatro aspectos inovadores no repertório de princípios das entidades de direitos humanos, das organizações não-governamentais (ONGs) e do campo da esquerda, na qual as iniciativas da sociedade civil brasileira tradicionalmente se inscrevem: 1) estão interessados no mercado e, ao contrário das ONGs tradicionais, buscam alternativas de renda e emprego para seus integrantes, além de colocação no mercado e profissionalização. Neste sentido, criam uma cultura oposta à do “sem fins lucrativos”, que caracteriza as ONGs brasileiras (LANDIM, 1988). Alguns grupos operam com duas identidades jurídicas simultâneas: uma como “ONG” (a partir de qual recebem doações de fundações internacionais e nacionais) e outra como “empresa cultural” (para contratos de shows, discos

ou filmes). Embora reafirmem o pertencimento ao campo do “trabalho social”, alguns grupos procuram depender cada vez menos das doações internacionais, buscando sustentação como empresas culturais que disputam o mercado; 2) têm um forte componente de investimento nas trajetórias individuais e nas histórias de vida. Valorizam o campo simbólico da subjetividade e investem na formação de artistas e líderes cuja fama passa a servir como modelo. Numa contra-operação de criação de estereótipos, procuram construir imagens fortes de jovens favelados que, contrariando a profecia, tornaram-se cineastas, artistas de teatro ou músicos. Em outras palavras, nesses grupos, as estratégias de mídia, o sucesso e a fama são entendidos como ingredientes políticos de militância. Usam insistentemente a grande mídia e buscam parcerias com os conglomerados de comunicação, aparecendo não só como artistas, mas como lideranças que falam em nome dos jovens das favelas. Nesse sentido, eles se afastam do modelo sindical e associativo de esquerda, no qual a cultura do “coletivo” impera sobre os desvios individualistas; 3) têm um forte componente de afirmação territorial, sendo freqüente que os nomes dos grupos, as letras das músicas, as camisetas e as roupas reafirmem permanentemente os nomes das comunidades de origem (Vigário Geral, Vidigal, Cidade de Deus, Pelourinho, Candéal, Alto Vera Cruz, Alto do Pina etc.). Curiosamente, a intensa e reiterada afirmação de compromisso territorial não se traduz em bairrismo ou nacionalismo. Combinam o “amor à comunidade” com a adesão aberta a signos da globalização (Coca-Cola, Nike, Red Bull etc.) e produzem conexões entre o local e o universal via internet, *sites* e revistas. Atribuem alta prioridade aos intercâmbios com outras comunidades, inclusive com jovens de classe média; 4) assumem um forte componente de denúncia do racismo e de afirmação racial negra, seja nas letras das músicas, nas indumentárias ou nos nomes (AfroReggae, Companhia Étnica, Negros da Unidade Consciente, Mano Brown, Zé Brown etc.), o que os distingue de manifestações culturais tradicionais como o samba ou manifestações culturais jovens como a MPB.

Esses projetos e iniciativas – heterogêneos e não coordenados entre si, mas que crescem consistentemente em várias cidades – vêm se tornando importantes como mediadores, ou seja, como tradutores entre a juventude das favelas, de um lado, e governos, mídia, universidades e, muitas vezes, atores internacionais, como fundações e agências de cooperação, de outro. Esses grupos estabelecem pontes entre os mundos fraturados representados pela cidade formal e pela favela. Freqüentemente são os únicos pontos de contato para quem pretende entender o que se passa com os jovens moradores de bair-

ros pobres das cidades e para quem se interessa pelas respostas à violência ali onde ela é mais grave.

No que diz respeito à violência e à criminalidade, a maioria dessas iniciativas se equilibra entre a denúncia da violência policial, de um lado, e a busca de autonomia em relação ao despotismo dos grupos armados de traficantes, de outro. Alguns desses grupos procuram exercer papéis de mediadores na “guerra” entre facções do tráfico de drogas e assumem abertamente a missão de “tirar jovens do tráfico” (NEAT e PLATT, 2006; SOARES, BILL e ATHAYDE, 2005; BILL e ATHAYDE, 2006), mas esta não é necessariamente uma regra comum a todos. Por exemplo, o grupo Nós do Morro, do Rio de Janeiro, recusa a discussão sobre o tráfico de drogas e não refere qualquer compromisso associado à criação de alternativas à criminalidade entre seus objetivos (www.nosdomorro.com.br). Outras iniciativas, por sua vez, assumem posições até mesmo ambíguas em relação ao “mundo do crime”. É o caso de grupos de hip hop que se identificam com os “manos” presos e se concentram na denúncia de que a criminalidade é associada, como estereótipo, aos jovens negros das periferias.

Estas iniciativas – aqui identificadas como novas mediações nas respostas à violência – não são, fique claro, nem as únicas, nem necessariamente as mais eficientes para “tirar jovens do tráfico”. Um número incontável de grupos religiosos, especialmente de orientação pentecostal, encontra-se, hoje, dedicado à conversão religiosa de jovens que ingressaram no crime. Além disso, em favelas e bairros pobres proliferam escolinhas de futebol e programas esportivos voltados para combater o ócio, descobrir talentos e criar alternativas profissionais.

As marcas específicas dos novos mediadores são: a liderança dos grupos pelos próprios jovens oriundos das favelas e a produção de um discurso na primeira pessoa; a capacidade de expressar signos com os quais os jovens das favelas se identificam e ao mesmo tempo criar modelos que recusem as imagens tradicionais dos jovens das favelas; a criação de novas metáforas por força das histórias de vida; a capacidade de transitar na grande mídia e na comunidade, entre diferentes classes sociais, facções e governos, isto é, transitar entre o local e o universal.

3. O PROJETO JUVENTUDE E POLÍCIA

No final de 2002, lideranças do Grupo Cultural AfroReggae, uma organização cuja trajetória se identificava com a perspectiva anti-polícia, pro-

curou o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes, e disse que gostaria de elaborar um projeto com a Polícia (e não contra a Polícia, como seria de se esperar). Um projeto de invasões culturais nos Batalhões foi apresentado à Fundação Ford, que o aprovou imediatamente. As negociações com a Polícia Militar do Rio de Janeiro se frustraram após meses de tentativas e não foi possível desenvolver a proposta naquele Estado. Em 2004, a Secretaria de Defesa Social e a Polícia Militar de Minas Gerais convidaram o AfroReggae e o CESeC para desenvolverem o projeto nos batalhões de Belo Horizonte.

O projeto desenvolveu-se, inicialmente, como um piloto de quatro etapas, voltado para estabelecer um diálogo entre a cultura dos jovens e a cultura policial, reduzindo a distância entre esses dois grupos por meio da música e da arte. Foram realizados *workshops* de percussão, teatro, grafite, dança e shows dentro de dois batalhões de Belo Horizonte. Participaram dessas atividades cerca de 70 policiais de cada unidade (cada batalhão conta com um efetivo de aproximadamente 800 policiais). Os instrutores dos *workshops* foram jovens do AfroReggae. Os resultados surpreendentes das quatro semanas iniciais (uma semana em cada mês) estabeleceram a importância de um instrumento original de integração da polícia com os jovens. Ao longo desta primeira etapa, o impacto das ações dentro dos quartéis e nos meios de comunicação indicou que é possível valorizar os aspectos humano, lúdico e artístico de policiais – como esses grupos têm feito com os jovens –, ao mesmo tempo em que reduzem os preconceitos dos policiais sobre os moradores das favelas e periferias.

Em 2005, a PM de Minas Gerais resolveu dar continuidade à parceria e convidou o AfroReggae e o CESeC para capacitarem policiais que passaram a trabalhar permanentemente – através de oficinas de percussão, grafite, dança, basquete e teatro – com jovens de favelas de Belo Horizonte. Produziu-se o documentário *Polícia Mineira*, que foi dirigido por um profissional do mercado, o diretor Estevão Ciavatta. Em 2006 e 2007, o governo de Minas estabeleceu novos convênios e tornou o Projeto Juventude e Polícia um programa institucional da PMMG.

Entre os aspectos significativos da experiência, se comparada às formas tradicionais de trabalho de sensibilização das polícias (cursos, reuniões e palestras de direitos humanos), vale a pena enfatizar os seguintes elementos-chave:

1. A experiência mobiliza não apenas a razão, mas corações, mentes e especialmente corpos, através de oficinas de música, teatro, grafite e outros. É

preciso considerar que a posição tradicionalmente “defensiva” da cultura corporativa dificulta a maioria das tentativas de ensino de direitos humanos a partir de argumentação crítica.

2. A essência da intervenção não é apenas “mudar o policial”, mas propor experiências novas e inusitadas tanto para eles como para os jovens que pela primeira vez entram num batalhão de polícia. São jovens instrutores que têm a “atitude” do jovem da favela vivendo uma experiência que mobiliza seus estereótipos em relação à polícia, e provoca no policial os sentidos do ritmo e da plasticidade. O essencial está na troca, e ela se realiza diretamente entre policiais e jovens, sem mediadores (professores de direitos humanos). Os dois grupos, tendo estabelecido laços, se surpreendem mutuamente e se percebem protagonistas de um novo momento diante do olhar da sociedade.

3. Som e imagem são centrais. A idéia é questionar a imagem que a sociedade e a juventude têm da polícia e a imagem que a polícia e a sociedade têm dos jovens negros das favelas. A polícia “é imagem”: a farda, a arma, a estética militar, a viatura caracterizada. Por sua vez, o AfroReggae “é imagem”: os artistas, os shows, a imagem da favela e dos jovens. Como num jogo especular, policiais e jovens refazem imagens sobre si próprios.

4. A cobertura da mídia é essencial. As reportagens em jornais, rádios e televisões suscitavam debates, risos e emoções. Várias vezes os instrutores se sentavam em roda, após as atividades, para ler e discutir uma matéria veiculada. Tudo isso ajudou a criar um novo esquema nós/eles: “nós”, os participantes do Projeto Juventude e Polícia, e “eles”, a sociedade e a mídia vendo um policial em uma cena fora do comum. Isso rapidamente substituiu o primeiro nós/eles: “nós”, os policiais; “eles”, o AfroReggae. Um grupo de policiais foi treinado e se apresentou no início de 2005 com a banda AfroReggae em um programa de televisão de grande audiência. Em seguida, fez várias apresentações públicas. Esses fatos tornaram o projeto mais conhecido não só em Minas Gerais, mas em outros Estados.

Entre os problemas e limitações do projeto estão sua difícil replicabilidade por outros grupos culturais em outros Estados. A carga emocional e simbólica incorporada pelo AfroReggae (nascido no contexto de uma chacina policial) é responsável por boa parte do impacto produzido nas primeiras aproximações com a polícia. A capacidade de mobilizar permanentemente a

mídia e criar a lógica especular essencial ao projeto também é de difícil reprodução em outros Estados, por grupos culturais locais. Um último problema criado pelo sucesso do projeto e por sua forte visibilidade nos meios de comunicação é a resistência de importantes setores policiais. Um contingente não desprezível de comandantes e mesmo de praças considera que “não é papel da polícia aparecer tocando tambor na televisão”. Em outras palavras, trata-se de um projeto polêmico que objetiva precisamente provocar surpresas e transformar imagens tradicionais de polícia.¹ Mesmo assim, o governador do Estado do Rio de Janeiro, anunciou, em abril de 2007, que o projeto será replicado no Estado, por meio de um convênio entre a PMRJ, o AfroReggae e o CEsC.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contraste com os baixos investimentos governamentais em relação à polícia e a reduzida participação de organizações da sociedade civil em experiências de segurança pública, grupos de jovens de favelas – que tematizam a violência urbana e a violência policial e buscam produzir imagens alternativas aos estereótipos da criminalidade – constituem parte das respostas mais vitais ao problema da violência nos últimos anos. O Grupo AfroReggae, que tem se notabilizado como um típico tradutor nas relações entre os jovens da favela e a cidade formal, vem usando o símbolo de sua história de origem, ligada a uma chacina policial, para desenvolver um trabalho pioneiro de cooperação com a polícia, revertendo expectativas e contrariando profecias (de ódio e vingança em relação à corporação policial). Com o Projeto Juventude e Polícia, criou uma experiência com uma característica específica, que sublinha o papel insubstituível dos próprios jovens de favelas na construção de novas relações entre polícia e sociedade.

Implicados na tragédia da violência como principais vítimas e como principais protagonistas, os jovens das periferias terão necessariamente um papel decisivo nas respostas para reduzi-la. Alguns grupos, na condição de novos mediadores, parecem demonstrar que é possível oferecer respostas criativas num campo com pequena tradição participativa de entidades civis.

1. A propósito de avaliações quantitativas do impacto do projeto entre policiais e entre jovens, ver Ramos (2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILL, MV, ATHAYDE, Celso. *Falcão: meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- JUNIOR, José. *Da favela para o mundo: a história do Grupo Cultural AfroReggae*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.
- LANDIM, Leilah (Org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LEEDS, Elizabeth. Rio de Janeiro. In: KOONINGS, K., DIRK, K. (Orgs.). *Fractured cities: social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America*. London: Verso, 2006.
- LEMGRUBER, Julita, MUSUMECI, Leonarda, CANO, Ignácio. *Quem vigia os vigias?* Rio de Janeiro: Record, 2003.
- NEAT, Patrick, PLATT, Damian. *Culture is our weapon: AfroReggae in the favelas of Rio*. London: Latin America Bureau, 2006.
- RAMOS, Silvia, MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RAMOS, Silvia. Juventude e Polícia. *Boletim Segurança e Cidadania*, ano 05, n. 12. Rio de Janeiro: CESeC, 2006.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon, BORGES, Dorian. A cor da morte. *Revista Ciência Hoje*, outubro de 2004.
- SOARES, Luiz Eduardo, BILL, MV, ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil*. Brasília: Organização dos estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006.

SILVIA RAMOS

Pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC/UCAM).